



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IFPE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Ambiente e saúde (Enfermagem
– Urgência e Emergência)

EDITAL REI/IFPE Nº 36, DE 4 DE AGOSTO DE 2025

CÓD: SL-013AG-25
7908433280880

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos: 1.1. Reconstrução de informações do texto: identificação de informações implícitas; relações entre informações do texto e conhecimentos prévios; reconhecimento de: tema, finalidade e intenções, ordenação e hierarquia de ideias, ambiguidade, ironia, humor, opiniões e valores; identificação do sentido de uma palavra pelo contexto; identificação do locutor e interlocutor; intertextualidade e produção de sentidos, efeitos da citação de um texto em outro; síntese ou paráfrase de textos ou de parágrafos.....	7
2. Gêneros e tipos textuais: estrutura e elementos de texto narrativo nos gêneros relato, notícia e crônica; elementos do texto argumentativo e tipologia da argumentação em gêneros diversos: tese, argumento e contra-argumento, refutação; estratégias de persuasão e efeitos pretendidos; aspectos temáticos de textos literários; tipos descritivo, injuntivo e expositivo; análise das características discursivas de gêneros diversos.....	12
3. Tópicos linguísticos: Relações coesivas estabelecidas por pronomes e advérbios	18
4. Relações semântico-sintáticas entre termos da oração e entre orações: explicação, oposição, conclusão, adição, alternância, causa, consequência, tempo, finalidade, condição, comparação, conformidade, proporção.....	19
5. Emprego da pontuação.....	20
6. Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal	22
7. Novo Acordo Ortográfico	26

Integridade

1. Decreto Federal nº 11.529, de 16 de maio de 2023 - Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e define a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.....	37
2. Decreto Federal nº 1.171, de 22 de junho de 1994 - Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.....	40
3. Decreto Federal nº 12.122, de 30 de julho de 2024 - Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação	42
4. Decreto Federal nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	44
5. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	47
6. Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação	60
7. Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024 - Institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações.....	67

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

1. Fundamentos da educação e da docência: os saberes necessários ao exercício da docência.....	79
2. Relações entre educação e sociedade: reprodução e transformação.....	82
3. História da educação brasileira e constituição da escola pública	87
4. Tendências pedagógicas e suas implicações para a prática docente	88
5. Fundamentos da didática: abordagens conceituais e metodológicas	90
6. Relação professor-aluno: abordagens e concepções pedagógicas	95
7. Organização do trabalho pedagógico: planejamento do processo de ensino-aprendizagem: dimensões e metodologias	102
8. Avaliação da aprendizagem: concepções, instrumentos e práticas	105
9. Currículo: fundamentos, conceitos e princípios	106
10. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e a integração curricular	107

11. Ação docente como atividade integradora da metodologia de ensino-aprendizagem	108
12. Novas metodologias, metodologias ativas e tecnologias educacionais.....	113
13. Formação de professores e prática reflexiva	117
14. Legislação e políticas educacionais: lei de diretrizes e bases da educação nacional - lei federal nº 9.394/1996	120
15. Estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069/1990	140
16. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio	179
17. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional técnica de nível médio	190
18. Lei federal nº 11.892/2008 - Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.....	197
19. Educação profissional e tecnológica (ept): história e constituição legal da educação profissional no brasil.....	202
20. Organização e bases conceituais da ept	205
21. Identidade, princípios e concepções institucionais da rede federal	213
22. Currículo, conhecimento e cultura na ept	218
23. Currículo integrado: fundamentos, concepções e implicações pedagógicas.....	222
24. Metodologias de ensino, avaliação e interdisciplinaridade na ept.....	226
25. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na epct	234
26. Diretrizes pedagógicas da ept segundo a legislação vigente	239

Conhecimentos Específicos

Ambiente e saúde (Enfermagem – Urgência e Emergência)

1. Assistência de Enfermagem e multidisciplinar em urgências e emergências pré e intra-hospitalar; Assistência integral de Enfermagem nas urgências e emergências.....	251
2. Primeiros socorros e técnicas de atendimento imediato.....	257
3. Semiologia e semiotécnica aplicada às situações de emergência; Semiologia e semiotécnica e o cuidar em urgência e emergência	272
4. Bases doutrinárias, aspectos legais, éticos, resoluções, normativas, políticas e protocolos de saúde voltados à assistência em urgência e emergência	274
5. Redes de atenção relacionadas ao cuidar em situações de emergência; Cuidar do paciente de urgência e emergência nos diversos níveis de atenção à saúde	279
6. Bases morfo fisiopatológicas, farmacológicas, exames laboratoriais e de imagem para o cuidar em urgência e emergência.....	284
7. Assistência ao paciente crítico	287
8. Tecnologia e informação em saúde	294
9. Biossegurança, segurança do paciente e saúde do trabalhador nas urgências e emergências	297
10. Processo de enfermagem ao paciente de urgência e emergência.....	301
11. Prática baseada em evidências	304
12. Empreendedorismo e inovação em saúde; Atuação da Enfermagem frente aos estágios curriculares supervisionados na formação e qualificação em saúde	309
13. Extensão e interação ensino-serviço-comunidade	313
14. Epidemiologia e bioestatística aplicada à urgência e emergência	317

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS: 1.1. RECONSTRUÇÃO DE INFORMAÇÕES DO TEXTO: IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; RELAÇÕES ENTRE INFORMAÇÕES DO TEXTO E CONHECIMENTOS PRÉVIOS; RECONHECIMENTO DE: TEMA, FINALIDADE E INTENÇÕES, ORDENAÇÃO E HIERARQUIA DE IDEIAS, AMBIGUIDADE, IRONIA, HUMOR, OPINIÕES E VALORES; IDENTIFICAÇÃO DO SENTIDO DE UMA PALAVRA PELO CONTEXTO; IDENTIFICAÇÃO DO LOCUTOR E INTERLOCUTOR; INTERTEXTUALIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDOS, EFEITOS DA CITAÇÃO DE UM TEXTO EM OUTRO; SÍNTESE OU PARÁFRASE DE TEXTOS OU DE PARÁGRAFOS

IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E RELAÇÕES COM CONHECIMENTOS PRÉVIOS

A leitura eficiente de um texto pressupõe a capacidade do leitor de ir além do que está dito diretamente. Muitas vezes, o sentido de uma mensagem está construído nas entrelinhas, e reconhecê-lo exige a habilidade de identificar informações implícitas e de ativar conhecimentos prévios, ou seja, aquilo que já se sabe sobre o mundo, sobre o tema em questão, sobre o gênero textual ou sobre os mecanismos da linguagem.

► **Informações explícitas e implícitas**

As informações explícitas são aquelas declaradas diretamente no texto, podendo ser localizadas com relativa facilidade. Já as informações implícitas são deduzidas com base em pistas linguísticas, contextuais e culturais. Essas pistas exigem que o leitor ative seu repertório e relacione elementos diversos para chegar a uma compreensão mais profunda.

Por exemplo, considere a frase:

“João chegou em casa, largou as chaves na mesa e foi direto para o quarto, sem dizer uma palavra.”

Não está dito que João está irritado ou chateado, mas essa é uma informação que pode ser inferida a partir de comportamentos descritos — o silêncio, o gesto abrupto de largar as chaves, a reclusão imediata. Essa leitura exige sensibilidade ao contexto e familiaridade com situações semelhantes.

► **Inferência: o ato de construir sentido**

A inferência é o processo pelo qual o leitor supre lacunas do texto a partir da interpretação. Esse processo é essencial à compreensão e se apoia tanto nas estruturas linguísticas do texto quanto no conhecimento de mundo do leitor. Inferir não é adivinhar; é raciocinar com base em dados disponíveis.

Por isso, identificar informações implícitas envolve:

- Reconhecer elementos que não são ditos diretamente, mas sugeridos;
- Relacionar os fragmentos do texto entre si e com a realidade;
- Considerar o gênero e a situação de comunicação do texto;
- Estar atento a marcas linguísticas que indicam omissões, pressupostos ou subentendidos.

► **Conhecimentos prévios e leitura ativa**

O papel dos conhecimentos prévios na leitura é fundamental. Eles funcionam como esquemas mentais que permitem ao leitor fazer previsões, interpretar omissões e entender referências culturais, históricas ou sociais presentes no texto.

Quando um autor diz:

“Era um 7 de setembro como outro qualquer...”

O texto só adquire sentido completo se o leitor souber que 7 de setembro é a data da Independência do Brasil. Esse conhecimento ativa um campo semântico e histórico que permite a leitura do enunciado em sua profundidade — possivelmente crítica ou irônica, dependendo do contexto.

Além disso, quanto maior o repertório do leitor, maior sua capacidade de estabelecer conexões entre o que lê e o que já sabe, o que amplia a compreensão e favorece a construção de sentidos mais ricos e plurais.

► **Pressupostos e subentendidos**

A construção de sentidos implícitos também se dá por meio de pressupostos e subentendidos. O pressuposto é uma informação que o autor assume como conhecida ou aceita pelo leitor. Já o subentendido é uma mensagem indireta que se esconde por trás de uma afirmação aparentemente neutra.

Veja este exemplo:

“Maria parou de chegar atrasada.”

Esse enunciado pressupõe que Maria costumava chegar atrasada. Essa informação não está expressa, mas é necessária para que a frase faça sentido. Trata-se de uma informação implícita, dedutível pelo conteúdo verbal.

Já o subentendido pode aparecer em contextos de crítica velada, elogios ambíguos ou ironia. Por exemplo:

“Carlos, como sempre, foi muito prestativo.”

Dependendo do tom e do contexto, essa frase pode significar o oposto do que aparenta, funcionando como uma crítica disfarçada.

► **Dificuldades comuns**

Alguns leitores têm dificuldade em identificar informações implícitas por diferentes razões: pouca familiaridade com o gênero textual, desconhecimento do tema abordado, léxico limitado ou leitura superficial. O desenvolvimento dessa competência exige prática de leitura diversificada, análise textual guiada e ampliação contínua do repertório cultural e linguístico.

O leitor eficiente é aquele que escuta as entrelinhas, interpreta silêncios e compreende o não dito. Identificar informações implícitas e articular essas inferências com os conhecimentos prévios é um passo essencial para uma leitura madura e crítica.

RECONHECIMENTO DO TEMA, DA FINALIDADE E DAS INTENÇÕES DO TEXTO

Compreender um texto não é apenas decifrar palavras ou identificar informações pontuais; é, sobretudo, captar sua essência, ou seja, entender sobre o que se fala (tema), por que se fala (finalidade) e com que propósito comunicativo (intenção) o autor organiza as ideias. Esses três elementos — tema, finalidade e intenção — são centrais para uma leitura plena e para a produção de sentidos mais profundos e contextualizados.

► **Tema: a essência do conteúdo**

O tema de um texto é o assunto central abordado, aquilo em torno do qual todas as ideias giram. Não se trata de repetir trechos do texto, mas de compreender o núcleo semântico que organiza o conteúdo. Em geral, o tema pode ser enunciado em poucas palavras ou em uma frase breve e objetiva.

Por exemplo, em uma crônica que narra a rotina de pessoas apressadas no metrô, o tema pode ser formulado como: “a pressa no cotidiano urbano” ou “a alienação provocada pela rotina”. Identificar o tema requer sensibilidade à totalidade do texto e à sua articulação interna.

Em muitos casos, o tema aparece de forma implícita, e o leitor precisa inferi-lo com base em recursos como repetições, exemplos, analogias e metáforas. Por isso, reconhecer o tema não é simplesmente localizar palavras-chave, mas compreender o que elas articulam.

► **Finalidade do texto: a razão de ser do discurso**

A finalidade está relacionada ao que o autor espera alcançar com o texto. Trata-se do efeito social desejado: informar, convencer, instruir, emocionar, denunciar, criticar, divertir, entre outros. A identificação da finalidade exige uma análise do gênero textual, do suporte (jornal, livro, internet, outdoor etc.) e do público-alvo.

Considere o exemplo de uma propaganda de utilidade pública que adverte sobre os riscos da dengue. Sua finalidade é clara: prevenir a proliferação da doença. Um editorial de jornal, por sua vez, pode ter como finalidade formar opinião sobre um tema político. Já uma fábula infantil tende a transmitir ensinamentos morais de forma lúdica.

Assim, a finalidade se concretiza tanto no conteúdo quanto na forma como ele é apresentado. O leitor deve perguntar-se: para que serve este texto? o que o autor quer que o leitor pense, sinta ou faça após lê-lo?

► **Intenção: o direcionamento estratégico do autor**

A intenção está ligada diretamente à posição enunciativa do autor. É a escolha deliberada de como dizer algo para alcançar um efeito específico. A intenção revela o propósito mais sutil do

texto e se manifesta por meio de estratégias discursivas: uso da ironia, seleção lexical, construção de personagens, exemplos, dados estatísticos, uso de perguntas retóricas, entre outros recursos.

Por exemplo, num artigo de opinião que critica a desinformação nas redes sociais, a intenção pode ser: alertar o leitor sobre os perigos das fake news e provocar reflexão crítica. Já em uma crônica humorística, a intenção pode ser: ridicularizar comportamentos sociais comuns para gerar riso e reflexão leve.

A intenção pode ser explícita ou implícita. Em textos argumentativos, muitas vezes o autor declara abertamente sua tese. Em textos literários, ela costuma ser mais velada, e o leitor precisa perceber como o autor se posiciona diante do tema. Muitas vezes, a intenção não é única — o autor pode querer informar e convencer, emocionar e provocar reflexão.

► **Inter-relação entre tema, finalidade e intenção**

Embora distintos, esses três elementos estão profundamente interligados. O tema é o conteúdo; a finalidade é o motivo de sua exposição; e a intenção é o modo como o autor organiza esse conteúdo para cumprir sua finalidade. Vejamos um exemplo prático:

Texto: Uma charge que mostra uma criança diante de um prato vazio, assistindo a um político discursar sobre os avanços na área da alimentação.

▪ **Tema:** a fome e a desigualdade social.

▪ **Finalidade:** criticar a hipocrisia política ou denunciar a discrepância entre discurso oficial e realidade social.

▪ **Intenção:** usar o humor crítico para provocar indignação e reflexão no leitor.

Esse tipo de leitura integrada permite uma compreensão muito mais profunda do texto e é essencial para qualquer leitor que queira ultrapassar a leitura superficial.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO TEXTUAL: ORDENAÇÃO, HIERARQUIA DE IDEIAS E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

A compreensão profunda de um texto passa necessariamente pela percepção de sua organização interna. Um texto bem estruturado não é apenas uma sequência de frases; ele apresenta uma lógica interna que estabelece relações de sentido entre suas partes.

A ordenação das ideias, a hierarquia entre elas e os mecanismos de coesão e coerência são fundamentais para guiar o leitor na construção do significado global.

► **Ordenação de ideias: sequência lógica e progressão temática**

A ordenação das ideias diz respeito à sequência em que as informações são apresentadas. Cada tipo de texto — narrativo, descritivo, dissertativo, injuntivo, entre outros — possui padrões específicos de organização. Em uma narrativa, por exemplo, a sequência costuma seguir uma ordem cronológica: introdução do cenário, apresentação dos personagens, desenvolvimento do conflito e desfecho. Já em uma dissertação, a estrutura costuma seguir uma progressão lógica: tese, argumentos e conclusão.

Entretanto, nem todo texto segue uma ordem linear. Em muitos casos, o autor pode utilizar anáforas (retornos a ideias anteriores), digressões (desvios momentâneos do foco principal)

INTEGRIDADE

**DECRETO FEDERAL Nº 11.529, DE 16 DE MAIO DE 2023
- INSTITUI O SISTEMA DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E DEFINE A POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

DECRETO Nº 11.529, DE 16 DE MAIO DE 2023

Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,
DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sobre:

I - o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal; e

II - a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO II DO SISTEMA DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 2º Fica instituído o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Vigência)

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: (Vigência)

I - programa de integridade - conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional;

II - plano de integridade - plano que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período, elaborado por unidade setorial do Sitai e aprovado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade; e

III - funções de integridade - funções constantes nos sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência e outras essenciais ao funcionamento do programa de integridade.

Parágrafo único. O programa de integridade tem o objetivo de promover a conformidade de condutas, a transparência, a priorização do interesse público e uma cultura organizacional voltada à entrega de valor público à sociedade.

Art. 4º São objetivos do Sitai: (Vigência)

I - coordenar e articular as atividades relativas à integridade, à transparência e ao acesso à informação;

II - estabelecer padrões para as práticas e as medidas de integridade, transparência e acesso à informação; e

III - aumentar a simetria de informações e dados nas relações entre a administração pública federal e a sociedade.

Art. 5º Compõem o Sitai: (Vigência)

I - a Controladoria-Geral da União, como órgão central; e

II - as unidades nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação, como unidades setoriais.

§ 1º Na administração pública federal direta, as unidades setoriais do Sitai para a gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação são as assessorias especiais de controle interno.

§ 2º Na administração pública federal autárquica e fundacional, as unidades setoriais do Sitai são aquelas responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação.

§ 3º O dirigente máximo das entidades de que trata o § 2º designará uma ou mais unidades responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação.

§ 4º O responsável pela unidade setorial de que trata o § 1º será designado para o exercício das atribuições previstas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 5º Na hipótese de alteração de unidade setorial responsável, as entidades da administração pública federal deverão informá-la ao órgão central do Sitai.

Art. 6º As atividades das unidades setoriais do Sitai ficarão sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central, sem prejuízo da subordinação administrativa ao órgão ou à entidade da administração pública federal a que pertençam. (Vigência)

Art. 7º Compete ao órgão central do Sitai: (Vigência)

I - estabelecer as normas e os procedimentos para o exercício das competências das unidades integrantes do Sitai e as atribuições dos dirigentes para a gestão dos programas de integridade;

II - orientar as atividades relativas à gestão dos riscos para a integridade;

III - exercer a supervisão técnica das atividades relacionadas aos programas de integridade geridos pelas unidades setoriais, sem prejuízo da subordinação administrativa dessas unidades ao órgão ou à entidade da administração pública federal a que pertencam;

IV - coordenar as atividades que exijam ações conjuntas de unidades integrantes do Sitai;

V - monitorar e avaliar a atuação das unidades setoriais;

VI - realizar ações de comunicação e capacitação relacionadas às temáticas de integridade, transparência e acesso à informação;

VII - dar ciência aos órgãos ou às entidades de fatos ou situações que possam comprometer o seu programa de integridade e recomendar a adoção das medidas de remediação necessárias;

VIII - planejar, coordenar, executar e monitorar a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

IX - estabelecer normas complementares necessárias ao funcionamento do Sitai;

X - desenvolver e disponibilizar procedimentos, padrões, metodologias e sistemas informatizados que permitam a disseminação, a obtenção, a utilização e a compreensão de informações públicas;

XI - monitorar o atendimento às solicitações de acesso à informação e o cumprimento das obrigações de transparência ativa e de abertura de dados;

XII - estimular e apoiar a adoção de medidas de integridade, transparência e acesso à informação para o fortalecimento das políticas públicas;

XIII - definir critérios e indicadores para a avaliação e o monitoramento da implementação da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

XIV - promover o uso dos dados e das informações públicas pela sociedade para a melhoria da gestão, das políticas e dos serviços; e

XV - identificar bases de dados e de informações de interesse público e, conforme o caso, sugerir às unidades setoriais a abertura em transparência ativa.

Art. 8º Compete às unidades setoriais do Sitai: (Vigência)

I - assessorar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nos assuntos relacionados com a integridade, a transparência e o acesso à informação e com os programas e as ações para efetivá-los;

II - articular-se com as demais unidades do órgão ou da entidade que desempenhem funções de integridade, com vistas à obtenção de informações necessárias à estruturação e ao monitoramento do programa de integridade;

III - coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;

IV - promover, em coordenação com as áreas responsáveis pelas funções de integridade, a orientação e o treinamento, no âmbito do órgão ou da entidade, em assuntos relativos ao programa de integridade;

V - elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade;

VI - coordenar a gestão dos riscos para a integridade;

VII - monitorar e avaliar, no âmbito do órgão ou da entidade, a implementação das medidas estabelecidas no plano de integridade;

VIII - propor ações e medidas, no âmbito do órgão ou da entidade, a partir das informações e dos dados relacionados com a gestão do programa de integridade;

IX - avaliar as ações e as medidas relativas ao programa de integridade sugeridas pelas demais unidades do órgão ou da entidade;

X - reportar à autoridade máxima do órgão ou da entidade informações sobre o desempenho do programa de integridade e informar quaisquer fatos que possam comprometer a integridade institucional;

XI - participar de atividades que exijam a execução de ações conjuntas das unidades integrantes do Sitai;

XII - reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade e adotar as medidas necessárias para sua remediação;

XIII - supervisionar a execução das ações relativas à Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

XIV - monitorar o cumprimento das normas de transparência e acesso à informação no âmbito dos órgãos e das entidades;

XV - manter atualizadas as informações sobre os serviços de informação ao cidadão; e

XVI - manter atualizados o inventário de base de dados e a catalogação dos dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Art. 9º O Sitai atuará de forma complementar e integrada aos demais sistemas estruturadores, principalmente aqueles que coordenem as atividades de instâncias que lhe prestem apoio, de forma a evitar a sobreposição de esforços, racionalizar os custos e melhorar o desempenho e a qualidade dos resultados. (Vigência)

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 10. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal compreende a:

I - transparência passiva, para garantir a prestação de informações em atendimento a pedidos apresentados à administração pública federal com fundamento na Lei nº 12.527, de 2011;

II - transparência ativa, para garantir a divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e

III - abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal, para promover pesquisas, estudos, inovações, geração de negócios e participação da sociedade no acompanhamento e na melhoria de políticas e serviços públicos.

Art. 11. São princípios e objetivos da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - amplo acesso da sociedade às informações e aos dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal e livre utilização desses dados e dessas informações, independentemente de autorização prévia ou de justificativa;

III - primariedade, integralidade, autenticidade e atualidade das informações disponibilizadas;

IV - tempestividade no provimento de informações;

V - utilização de linguagem acessível e de fácil compreensão;

CONHECIMENTOS DIDÁTICO -PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DA DOCÊNCIA: OS SABERES NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E CULTURAL

A educação é um fenômeno intrinsecamente ligado à vida em sociedade. Desde os primeiros agrupamentos humanos, a transmissão de conhecimentos, valores e modos de agir foi fundamental para a preservação e transformação das culturas. Ela não se restringe à escola ou ao ensino formal, mas se manifesta em todos os contextos de convivência humana, permeando a família, a comunidade, o trabalho e os meios de comunicação.

Quando se afirma que a educação é uma prática social, destaca-se seu papel como ação intencional que ocorre nas relações entre sujeitos. O ato educativo envolve um projeto, um sentido e um objetivo que respondem a demandas históricas e sociais. Em outras palavras, educar significa intervir na realidade, formando sujeitos capazes de atuar no mundo e transformá-lo.

Nessa perspectiva, a educação não é neutra: ela reflete visões de mundo, valores, ideologias e interesses que se expressam nas práticas pedagógicas e nas políticas educacionais.

No campo cultural, a educação é entendida como um processo de produção, circulação e ressignificação de saberes e práticas que compõem a identidade de um grupo. Por meio dela, cada geração transmite à seguinte não apenas conhecimentos técnicos, mas também formas de pensar, sentir e agir. Ao mesmo tempo, a educação permite a inovação e a ruptura com tradições, favorecendo a construção de novas referências culturais.

Autores como Paulo Freire reforçam que a educação, por estar inserida em um contexto social e cultural, deve partir da realidade concreta dos educandos. Isso implica reconhecer o saber prévio, as vivências e as linguagens próprias de cada comunidade. A prática docente, nesse sentido, é dialógica: não se trata apenas de transmitir informações, mas de construir conhecimento coletivamente, valorizando as experiências dos estudantes.

A compreensão da educação como prática social e cultural também revela sua dimensão política. Ela atua na formação da cidadania, na consolidação de direitos e na ampliação da participação democrática. Assim, o professor é não apenas um transmissor de conteúdos, mas um mediador que promove reflexões críticas sobre o mundo, estimulando a autonomia intelectual e a responsabilidade social.

Em síntese, conceber a educação como prática social e cultural significa reconhecê-la como processo histórico, coletivo e dinâmico, no qual se formam sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade. Tal visão amplia a compreensão da docência, colocando-a como atividade comprometida com a vida em sociedade e com o respeito à diversidade cultural.

SABERES DOCENTES SEGUNDO A LITERATURA EDUCACIONAL

Os saberes docentes representam o conjunto de conhecimentos, habilidades e disposições que o professor mobiliza para exercer sua função de forma competente. Esses saberes não se limitam ao domínio de conteúdos disciplinares, mas abrangem dimensões pedagógicas, éticas, culturais e sociais. A literatura educacional, especialmente a partir de autores como Maurice Tardif, Lee Shulman e Paulo Freire, oferece uma classificação que ajuda a compreender a complexidade desse repertório.

► Saberes da experiência

Os saberes da experiência são construídos ao longo da trajetória de vida e de prática profissional do professor. Eles resultam da vivência concreta em sala de aula, do contato com os alunos, do enfrentamento de situações inesperadas e da reflexão sobre a própria ação. Diferem do conhecimento puramente teórico, pois estão intimamente ligados ao contexto real e à subjetividade do educador. Por exemplo, a habilidade de lidar com a indisciplina ou de adaptar uma atividade para atender a diferentes ritmos de aprendizagem muitas vezes decorre mais da experiência acumulada do que de manuais ou cursos.

► Saberes do conhecimento específico da área

Este conjunto de saberes refere-se ao domínio aprofundado dos conteúdos da disciplina ou área de atuação do professor. Um docente de matemática, por exemplo, precisa conhecer não apenas fórmulas e procedimentos, mas também as lógicas e conceitos que estruturam a área. Sem essa base sólida, torna-se difícil promover um ensino significativo. Esses saberes permitem ao professor selecionar, organizar e sequenciar os conteúdos de forma coerente, garantindo que os alunos compreendam não só o “como”, mas também o “porquê” dos fenômenos estudados.

► Saberes pedagógicos e didáticos

Os saberes pedagógicos e didáticos dizem respeito às estratégias, métodos e teorias de ensino-aprendizagem. Incluem o conhecimento sobre diferentes abordagens pedagógicas, recursos didáticos, avaliação, gestão de sala de aula e adaptação de práticas às necessidades dos alunos. Shulman denominou parte desse conjunto de conhecimento pedagógico do conteúdo, que é a capacidade de ensinar um determinado conteúdo de modo acessível e significativo. Por exemplo, um professor de ciências que utiliza experimentos simples para explicar conceitos abstratos está aplicando esse tipo de saber.

► Saberes curriculares

Os saberes curriculares envolvem a compreensão dos documentos, diretrizes e orientações que estruturam o ensino em determinado contexto. Incluem o conhecimento sobre os objetivos de aprendizagem, as competências e habilidades previstas, a organização dos conteúdos e a forma como eles se articulam

ao longo da escolaridade. Também abrangem a capacidade de interpretar e adaptar o currículo oficial às características da turma, sem perder de vista os princípios e finalidades da educação.

A literatura educacional enfatiza que esses saberes não existem isoladamente. Eles se inter-relacionam e se complementam no cotidiano docente. Um bom planejamento, por exemplo, exige conhecimento curricular, domínio do conteúdo e sensibilidade para adaptar estratégias pedagógicas, apoiando-se também na experiência acumulada.

Compreender os saberes docentes sob essa ótica amplia a visão sobre a docência como profissão complexa, que demanda constante atualização e reflexão crítica. O professor é, assim, um profissional que articula teoria e prática, saberes formais e vivências, em um processo contínuo de formação.

A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR

A formação docente é um processo permanente que se estende por toda a trajetória profissional do educador. Ela se divide, de modo geral, em dois momentos complementares: a formação inicial, que prepara o futuro professor para ingressar na profissão, e a formação continuada, que garante a atualização, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento profissional ao longo da carreira.

► Formação inicial

A formação inicial é o conjunto de estudos e experiências que habilitam o professor para atuar formalmente na educação. No Brasil, essa etapa ocorre, em regra, nos cursos de licenciatura ou de pedagogia, nos quais o futuro docente adquire conhecimentos sobre os conteúdos específicos da área de ensino, fundamentos da educação, teorias pedagógicas e práticas didáticas.

Essa formação também inclui o estágio supervisionado, momento em que o estudante tem contato direto com a realidade escolar, observa aulas, participa de atividades pedagógicas e começa a desenvolver sua identidade profissional. A articulação entre teoria e prática é fundamental: não basta apenas conhecer as leis ou as teorias de aprendizagem, é necessário saber aplicá-las em contextos reais, considerando a diversidade cultural e social dos alunos.

► Formação continuada

A formação continuada refere-se ao conjunto de experiências e estudos que o professor realiza após ingressar na carreira. Ela pode assumir diferentes formatos: cursos de atualização, especializações, oficinas pedagógicas, grupos de estudo, participação em congressos, projetos de pesquisa, entre outros.

O objetivo da formação continuada é responder às transformações da sociedade, às mudanças nas políticas educacionais, ao avanço das tecnologias e às novas demandas dos estudantes. Um professor que concluiu a graduação há dez anos, por exemplo, precisa atualizar seus conhecimentos sobre metodologias ativas, inclusão escolar ou avaliação formativa para manter seu trabalho pedagógico relevante e eficaz.

► Integração entre as duas etapas

Embora a formação inicial e a continuada tenham características próprias, elas não devem ser vistas como fases separadas e estanques. A profissionalização docente requer um ciclo contínuo de aprendizagem, no qual a experiência adquirida no exercício da profissão alimenta novas reflexões e estudos.

A literatura educacional destaca que a formação docente deve ser vista como um processo de desenvolvimento profissional ao longo da vida. Maurice Tardif, por exemplo, aponta que a construção dos saberes docentes ocorre de forma progressiva e situada, sendo constantemente reelaborada à medida que o professor enfrenta desafios e busca soluções em seu contexto de trabalho.

Desafios na formação:

Entre os principais desafios da formação inicial e continuada, destacam-se:

- Garantir que a formação inicial articule de maneira efetiva teoria e prática;
- Oferecer programas de formação continuada acessíveis, de qualidade e voltados às necessidades reais dos professores;
- Superar a visão de cursos esporádicos como solução única, adotando estratégias de formação em serviço e comunidades de aprendizagem;
- Valorizar o professor como sujeito ativo na construção de seu próprio percurso formativo.

► Importância para a qualidade da educação

A formação docente, em suas duas dimensões, é fator determinante para a qualidade da educação. Professores bem preparados tendem a desenvolver práticas pedagógicas mais criativas, contextualizadas e eficazes, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.

Por isso, políticas públicas e projetos institucionais que fortalecem a formação inicial e continuada representam investimento direto na melhoria do ensino.

A RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOCENTES

A docência é uma atividade que exige mais do que o domínio de conceitos e procedimentos; ela requer a capacidade de integrar teoria e prática de forma dinâmica e contextualizada. A relação entre essas duas dimensões é central para a construção dos saberes docentes, pois é no diálogo entre o conhecimento teórico e a experiência prática que o professor desenvolve sua identidade profissional e sua competência pedagógica.

► Teoria como base orientadora

A teoria oferece fundamentos para compreender os fenômenos educativos. Ela reúne conhecimentos produzidos por diferentes áreas — pedagogia, psicologia, sociologia, filosofia, linguística, entre outras — que permitem ao professor interpretar a realidade escolar e planejar intervenções mais consistentes. Sem essa base, a prática corre o risco de se tornar um conjunto de ações improvisadas, sem coerência ou intencionalidade pedagógica.

► Prática como campo de aplicação e produção de saberes

A prática docente, por sua vez, não se limita a aplicar mecanicamente princípios teóricos. Ela é espaço de experimentação, adaptação e criação, no qual o professor enfrenta situações complexas que muitas vezes não têm solução pronta nos livros. Cada turma, contexto social e momento histórico impõe desafios específicos, que exigem decisões rápidas e reflexões permanentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ambiente e saúde (Enfermagem – Urgência e Emergência)

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM E MULTIDISCIPLINAR EM URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS PRÉ E INTRA-HOSPITALAR; ASSISTÊNCIA INTEGRAL DE ENFERMAGEM NAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

O atendimento pré-hospitalar é uma parte crucial do sistema de saúde, responsável por fornecer cuidados médicos imediatos e essenciais antes que o paciente chegue ao ambiente hospitalar. Este atendimento pode ser classificado em duas modalidades principais: pré-hospitalar fixo e pré-hospitalar móvel.

– Atendimento Pré-Hospitalar Fixo:

- **Definição:** Refere-se ao atendimento emergencial prestado em unidades fixas, como Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), postos de saúde e centros de saúde. Estas unidades são projetadas para fornecer cuidados de emergência e estabilização inicial antes que o paciente seja transferido para um hospital, se necessário.

- **Importância:** As unidades fixas são essenciais para garantir que a população tenha acesso rápido a cuidados emergenciais em locais estratégicos, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas. Elas ajudam a descongestionar os hospitais, proporcionando tratamento imediato e eficiente para casos menos graves.

– Atendimento Pré-Hospitalar Móvel:

- **Definição:** Envolve o uso de ambulâncias, motolâncias e outros veículos de emergência para prestar cuidados médicos no local onde a emergência ocorre. As unidades móveis são equipadas com equipamentos médicos essenciais e são tripuladas por profissionais de saúde treinados para realizar intervenções de suporte básico e avançado de vida.

- **Importância:** O atendimento móvel é fundamental para situações onde cada minuto conta, como acidentes de trânsito, paradas cardiorrespiratórias e outras emergências graves. A mobilidade permite que os cuidados sejam levados diretamente ao paciente, aumentando significativamente as chances de sobrevivência e recuperação.

Diferenças entre Atendimento Pré-Hospitalar Fixo e Móvel

Embora ambos os tipos de atendimento pré-hospitalar compartilhem o objetivo de fornecer cuidados emergenciais rápidos e eficazes, eles diferem em vários aspectos operacionais e funcionais:

– Localização e Mobilidade:

- **Fixo:** Localizado em instalações permanentes. Oferece um ambiente controlado com acesso a uma gama completa de recursos médicos e apoio de equipe multidisciplinar.

- **Móvel:** Desloca-se até o local da emergência. A equipe trabalha em condições variadas e muitas vezes imprevisíveis, exigindo adaptação rápida e eficiente.

– Equipamentos e Recursos:

- **Fixo:** Equipado com uma ampla variedade de equipamentos médicos, incluindo laboratórios, salas de radiologia, e farmácias. Tem acesso a todos os recursos necessários para realizar diagnósticos e tratamentos completos.

- **Móvel:** Equipado com recursos essenciais e portáteis, como desfibriladores, ventiladores mecânicos, kits de primeiros socorros e medicações de emergência. O espaço e os recursos são limitados.

– Equipe e Estrutura de Trabalho:

- **Fixo:** Contempla uma equipe multidisciplinar completa, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório, radiologistas, e pessoal administrativo. A estrutura de trabalho é mais estável e organizada.

- **Móvel:** A equipe geralmente inclui médicos, enfermeiros, técnicos em emergência médica e motoristas de ambulância. A estrutura de trabalho é dinâmica, exigindo cooperação e comunicação eficazes em ambientes variados.

– Protocolo de Atendimento:

- **Fixo:** Segue protocolos padronizados com uma sequência bem definida de triagem, avaliação, tratamento e, se necessário, encaminhamento para unidades hospitalares.

- **Móvel:** Segue protocolos específicos para atendimento no local, estabilização e transporte seguro do paciente. A decisão de tratamento é muitas vezes feita rapidamente, com base na avaliação imediata do paciente.

Os serviços de atendimento a urgências e emergências são fundamentais para a saúde pública, oferecendo intervenções críticas que podem salvar vidas e prevenir complicações graves.

Compreender a distinção entre o atendimento pré-hospitalar fixo e móvel é essencial para apreciar os diferentes desafios e demandas enfrentados por esses serviços.

Ambos são complementares, trabalhando em sinergia para garantir que os pacientes recebam cuidados apropriados e oportunos, independentemente de onde a emergência ocorra.

— **Perfis Profissionais no Atendimento Pré-Hospitalar Móvel**

O atendimento pré-hospitalar móvel envolve uma equipe diversificada de profissionais de saúde, cada um com funções e responsabilidades específicas. A seguir, apresentamos os principais perfis profissionais que atuam nesse contexto e suas respectivas funções:

Médicos

— **Funções e Responsabilidades:**

• **Avaliação e Diagnóstico:** Realizam a avaliação inicial do paciente, diagnosticando a condição e determinando a gravidade do quadro.

• **Intervenções Médicas:** Executam procedimentos de suporte avançado de vida, como intubação, administração de medicamentos intravenosos, e desfibrilação.

• **Decisão de Transporte:** Decidem se o paciente deve ser transportado para uma unidade hospitalar e qual a melhor forma de fazê-lo, garantindo a estabilização antes e durante o transporte.

• **Coordenação da Equipe:** Lideram a equipe de atendimento, garantindo que todos os procedimentos sejam realizados conforme os protocolos estabelecidos.

— **Habilidades Necessárias:**

• **Habilidades Clínicas Avançadas:** Capacidade de realizar procedimentos de emergência com precisão.

• **Tomada de Decisão Rápida:** Capacidade de tomar decisões rápidas e eficazes sob pressão.

• **Liderança:** Habilidade para coordenar e liderar a equipe em situações de alta pressão.

Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem

— **Funções e Responsabilidades:**

• **Suporte ao Médico:** Assistem os médicos nas intervenções, preparando e administrando medicamentos, e monitorando os sinais vitais do paciente.

• **Cuidados de Suporte Básico:** Realizam procedimentos de suporte básico de vida, como ressuscitação cardiopulmonar (RCP), imobilização de fraturas e controle de hemorragias.

• **Avaliação Inicial:** Podem realizar a triagem inicial, coletando informações sobre o estado do paciente e iniciando os primeiros cuidados.

• **Acompanhamento Durante o Transporte:** Monitoram o estado do paciente durante o transporte para garantir a estabilidade até a chegada ao hospital.

— **Habilidades Necessárias:**

• **Habilidades Técnicas:** Competência em realizar procedimentos de suporte básico e avançado de vida.

• **Comunicação Eficaz:** Capacidade de comunicar-se claramente com a equipe e com o paciente.

• **Empatia e Calma:** Manter a calma e oferecer apoio emocional ao paciente e familiares em situações estressantes.

Socorristas e Técnicos em Emergências Médicas

— **Funções e Responsabilidades:**

• **Primeiro Atendimento:** São frequentemente os primeiros a chegar ao local da emergência, realizando a avaliação inicial e fornecendo cuidados imediatos.

• **Intervenções de Suporte Básico:** Realizam RCP, imobilização, controle de hemorragias e outras intervenções de suporte básico de vida.

• **Estabilização e Preparação para Transporte:** Trabalham para estabilizar o paciente e prepará-lo para o transporte, assegurando que todos os equipamentos e materiais necessários estejam prontos.

• **Assistência durante o Transporte:** Monitoram e cuidam do paciente durante o transporte, garantindo que ele chegue ao hospital em condições estáveis.

— **Habilidades Necessárias:**

• **Habilidades Práticas:** Competência em técnicas de suporte básico de vida e estabilização de pacientes.

• **Rapidez e Eficiência:** Capacidade de agir rapidamente e de forma eficaz em situações de emergência.

• **Trabalho em Equipe:** Habilidade para trabalhar em estreita colaboração com outros membros da equipe.

Motoristas de Ambulância

— **Funções e Responsabilidades:**

• **Condução Segura e Rápida:** Responsáveis por conduzir a ambulância de forma segura e rápida ao local da emergência e ao hospital.

• **Manutenção do Veículo:** Garantem que a ambulância esteja sempre em condições operacionais ideais, verificando equipamentos, combustíveis e suprimentos médicos.

• **Apoio Logístico:** Auxiliam a equipe médica com o transporte do paciente para dentro e fora da ambulância e garantem que todos os equipamentos necessários estejam disponíveis.

— **Habilidades Necessárias:**

• **Habilidades de Condução:** Capacidade de dirigir de forma defensiva e rápida em condições variadas de tráfego.

• **Conhecimento de Rotas:** Familiaridade com as melhores rotas para chegar rapidamente ao local da emergência e ao hospital.

• **Suporte à Equipe:** Habilidade para apoiar a equipe médica conforme necessário, incluindo manuseio de equipamentos.

Os perfis profissionais no atendimento pré-hospitalar móvel são diversos e cada um desempenha um papel crucial para garantir a eficácia do atendimento emergencial. Médicos, enfermeiros, técnicos em emergências médicas e motoristas de ambulância trabalham juntos, coordenando suas habilidades e conhecimentos para oferecer um atendimento rápido e de alta qualidade.

A combinação de competências técnicas, habilidades de comunicação e capacidade de trabalhar sob pressão é essencial para o sucesso das operações de atendimento pré-hospitalar móvel, garantindo a estabilização e o transporte seguro dos pacientes em situações críticas.